

Artículo original | Original article

A história da Educação Ambiental - um olhar sobre Angola

[The history of the environmental education – a look at Angola]

Juarês Bongo Manico, Carlos Pedro CláverYoba¹, Jacinto Alexandre Peres Pinto² & Elsa Maria Gabriel Morgado³

Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo (ISCED), Angola.

Contacto / Contact: juaresmanico@hotmail.com

Abstract: The present article attempts to give an overview on the history of environmental education in the recent past and at the present time, as well the contributions that people and governments have been giving on the path toward the preservation environment. We also seek to, in this article, carry out a prior assessment or a watchful eye on the history of environmental education and the efforts that the Angolan government and its citizens are seeking to do in preserving the environment, mainly as regards the actions linked to education and awareness on environmental issues.

Keywords: Environmental Education, Sustainability, Angola.

Resumo: O presente artigo procura fazer uma análise geral sobre a história da educação ambiental no passado recente e na atualidade, assim como os contributos que pessoas e governos têm dado no sentido da preservação do meio ambiente. Procuramos também no presente artigo levar a cabo uma prévia apreciação ou um olhar atento sobre a história da educação ambiental e os esforços que o governo Angolano e os seus cidadãos procuram levar a cabo na preservação do meio ambiente, essencialmente no que concerne a ações ligadas à educação e sensibilização para as questões ambientais.

Palavras-chave: Educação ambiental, Sustentabilidade, Angola.

Recibido | Recibed: 07 de octubre de 2015

Aceptado | Accepted: 15 de noviembre de 2015

Este artículo puede ser citado como | This article must be cited as: Bongo, J.; CláverYoba, P.; Peres, J. & Gabriel, E. (2015). A história da Educação Ambiental - um olhar sobre Angola. **Sustentabilidad(es)**, vol.6, núm.12: 173 – 192.

¹Universidade Lueji A'Nkonde (ULAN), Angola. Email: caryoba@yahoo.com

²Instituto Superior de Ciências Educativas (ISCE), Portugal. Email: jacpynto@gmail.com

³Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos (CEFH) da Universidade Católica de Braga, Portugal. Email: elsagmorgado@gmail.com

Introdução⁴

“É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, dirigido tanto para as gerações jovens, como para as gerações adultas, para construir as bases de uma opinião pública bem informada e propiciar a conduta dos indivíduos, das empresas e das colectividades, de acordo com o sentido de responsabilidade necessária à protecção e melhoria do ambiente em toda a sua dimensão humana” (Dias, 1993: 270).

O século passado fica marcado por avanços e recuos significativos no que diz respeito à sensibilização da população para as questões centrais da sustentabilidade ambiental do planeta que recebemos e que legado (denominado de “pegada ecológica”) deixamos para gerações vindouras.

Todas as convenções, congressos, debates e campanhas publicitárias tiveram efeitos mas, por outro lado, outros valores surgiram em determinadas épocas, momentos e ciclos essencialmente económicos que contrariaram e acabaram por se constituírem como barreiras, por vezes intransponíveis, a uma vida mais equilibrada e sustentável do planeta, da gestão e atenção atribuída aos seus recursos e à qualidade e vida do próprio ser humano como agente de mudança ou de estagnação nesta matéria. Infelizmente, muitas foram as pessoas que a consideraram (e consideram) que a natureza era uma fonte inesgotável de recursos ou simplesmente o respeito pelo ambiente existe quando protegido e imposto o seu cumprimento pela lei (maioritariamente por parte de estados membros de organizações internacionais) (Acosta, 2010). Como fundamento comum das normas constitucionais a nível ambiental, Benjamin (2005:365) refere que existe, um compromisso ético de não empobrecer a Terra e sua biodiversidade, com isso almejando-se manter as opções das futuras gerações e garantir a própria sobrevivência das espécies de seu habitat. Fala-se em

⁴Este artigo reflete uma etapa do processo de pesquisa de doutoramento no Curso de 3º Ciclo em Ciências da Educação, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal.

equilíbrio ecológico, instituem-se unidades de conservação, combate-se a poluição, protege-se a integridade dos biomas e ecossistemas, reconhece-se o dever de recuperar o meio ambiente degradado – tudo isso com o intuito de assegurar no amanhã um Planeta em que se mantenham e se ampliem, quantitativa e qualitativamente, as condições que propiciam a vida em todas as suas formas.

De todo o processo e discussão, nasce de certa forma, a necessidade de estes valores e práticas mais ecológicas em ambientalmente mais sustentáveis chegarem finalmente à escola e à educação. Os valores que alicerçam o que podemos chamar de educação ambiental existe de forma transversal em vários programas e currículos de cursos, ciclos de estudos e em diversos projetos levados a cabo por agrupamentos e escolas em todos os quadrantes do mundo.

O que podemos chamar de educação ambiental tem enfrentando grandes desafios nos últimos tempos dado os problemas que o mundo vem registando assim, Mousinho (2003:158) define a Educação Ambiental como o

processo em que se busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais. Desenvolve-se num contexto de complexidade, procurando trabalhar não apenas a mudança cultural, mas também a transformação social, assumindo a crise ambiental como uma questão ética e política.

Definição essa que assume um contexto histórico que deve ser despertado no seio das populações.

Para o efeito, e de forma a estruturarmos o presente artigo, apresentamos desde logo o que consideramos serem os objetivos gerais e específicos desta investigação.

Objetivos gerais:

- Descrever a evolução da educação ambiental nas

diferentes décadas a nível do mundo e um olhar atento sobre Angola nos diferentes comportamentos dos cidadãos.

Objetivos específicos:

- Analisar o desenvolvimento histórico da temática ambiental nos diferentes pontos do globo;
- Fundamentar teoricamente o processo de ensino aprendizagem da educação ambiental no mundo;
- Demonstrar os passos que Angola tem vindo a dar na preservação do meio ambiente.

Os principais factos a nível mundial

“A educação ambiental, cuja génese pode ser reportada aos anos 60, adveio da tomada de consciência de que a Revolução Industrial e o progressivo desenvolvimento tecnológico estavam a colocar em risco não só a nossa sobrevivência, mas também a das gerações vindouras” (Morgado, 2007:12).

Muitos são os estudos que referem que esta temática apenas está vertida em obra escrita especificamente na década de 60 do século passado mas, há que referir que já em 1801 tinha sido publicada nos Estados Unidos da América a obra “*Man and Nature or Physical Geography as Modified by Human Action*”⁵ e, essa sim, foi encarada como a primeira chamada de atenção para a exploração desmedida dos recursos naturais e para as perigosas consequências que esse tipo de descontrolo poderia acarretar para a sobrevivência do Homem e do Planeta (Esteves, 1998). Ou seja “tornou-se então imprescindível e inadiável a sensibilização e modificação de certos comportamentos para tentar responsabilizar cada um de nós” (Morgado, 2007:13).

Posto isto, em 1962, a Bióloga americana Rachel Carson publicou o livro “Primavera Silenciosa” poucos, muito poucos, eram os homens que reconheciam a vulnerabilidade da natureza face à atuação humana e muito menos ainda os que aceitavam a natureza como meio natural do seu próprio desenvolvimento. Naquele tempo a humanidade entendia o

⁵ Publicação de George Perkin Marsh, em 1801.

meio ambiente em que se fixava como uma ferramenta, um instrumento subserviente aos seus caprichos progressistas e economicistas.

A obra da cientista que veio denunciar os efeitos nefastos na vida animal, vegetal e humana da aplicação exagerada do inseticida DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano) encontrou sérios opositores junto de departamentos governamentais americanos, onde a obra foi inicialmente publicada e, sobretudo, nos sectores económicos da agropecuária, mas ultrapassou os obstáculos e ficou marcada para sempre como o primeiro grande alerta à humanidade sobre os males que a ação e intervenção humana estavam a provocar no ambiente. A Primavera em que os pássaros “deixaram” de cantar nas margens do Mississípi marca o ponto de viragem na história da humanidade face à sua relação com o ambiente e marca, da mesma maneira, o início da história da Educação Ambiental.

De facto, ficamos a dever a esta americana muito mais do que a denúncia dos efeitos deletérios dos inseticidas que até então se atiravam indiscriminadamente do ar sobre as

enormes plantações agrícolas nos Estados Unidos, e mais até do que a proibição oficial do uso desse, e de outros, inseticidas, ficamos-lhe a dever a consciencialização pública de que a Natureza é vulnerável à atuação humana (Weid, 1997).

O seu alerta foi assustador de mais para ser ignorado: a contaminação de alimentos; os riscos de contração de vários tipos de cancro; as alterações genéticas; a extinção de espécies inteiras (como as abelhas sem as quais deixaria de haver a polinização) eram agora realidades palpáveis, até porque de facto os americanos de então deixaram de ouvir os pássaros cantar pois que estes sucumbiram à força dos inseticidas. Estas eram realidades que tinham que ser evitadas e todos concordaram que a melhor maneira de começar o trabalho era regulamentar a produção industrial em função da proteção do meio ambiente e educar os industriais e os cidadãos para a aceitação das novas leis.

A obra de Rachel Carson está pois intimamente ligada ao aparecimento da Educação Ambiental embora a terminologia lhe tenha sido posterior. A

expressão *Environmental Education* (Educação Ambiental) surgiu formalmente três anos depois da publicação da obra de Carson durante uma Conferência de Educação levada a cabo pela Universidade de Keele, na Grã-Bretanha, onde, entre outras temáticas, se chegou a consenso sobre a necessidade dos problemas ambientais serem incorporados como matéria educativa nos planos pedagógicos formais. As mesmas conclusões foram alcançadas poucos meses depois, já em 1966, pela Assembleia Geral da ONU que considera a Educação Ambiental no Pacto Internacional sobre os Direitos Humanos. No entender de Cavaco (1992: 21) “é no ambiente de inquietação e criatividade de 1968 que em diversos países se evidencia a atenção que a Educação Ambiental passou a merecer e se dão passos decisivos para a sua institucionalização”. Pese embora estes factos, há que referir que já em 1948 num encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN⁶) que decorreu em Paris, tinha sido utilizada a expressão “*Educação Ambiental*” (Fernandes,

⁶ Foi fundada em 1947 na Suíça, inicialmente era designada de União Internacional para a Protecção da Natureza (UIPN); em 1957 mudou par UICN.

1983; Caride, 1991; Cavaco, 1992; Palmer & Neal, 1996; Caride & Meira, 2001; Jacobi, 2005).

Ainda na década de 60, o industrial e académico italiano Aurélio Peccei e o cientista escocês Alexander King juntaram um grupo de influentes numa pequena localidade de Roma para discutirem sobre assuntos de diversa índole e, sobretudo, para refletirem sobre as questões relativas ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Deste encontro nasceu o Clube de Roma, uma organização não-governamental, considerada a primeira de cariz ambiental, que pouco depois patrocinava o lançamento da obra “Os Limites do Crescimento”, que ainda hoje lidera a lista de livros mais vendidos sobre a temática do ambiente.

O livro, publicado em 1972, é o resultado de um conjunto de pesquisas levadas a cabo por um grupo de investigadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) que trata essencialmente de problemas cruciais para o desenvolvimento da humanidade como a energia; a poluição; o saneamento, a saúde, o ambiente, a tecnologia e o

crescimento demográfico, e que apresenta a dura conclusão de que o Planeta Terra não suportaria o galopante aumento populacional no mundo por causa da pressão que o progresso e as políticas de mercado exerciam sobre os recursos naturais e energéticos e o aumento da poluição. As conclusões científicas e matematicamente comprovadas destes cientistas deixavam antever um futuro catastrófico que nem as novas tecnologias seriam capazes de combater e assumiram um papel de força na tomada de consciência de que era preciso tomar medidas para torneir a situação.

Começava-se então a dissipar a ideia generalizada de que a Natureza era uma fonte inesgotável de recursos e pela primeira vez na história da humanidade a Organização da Nações Unidas preparou, em Estocolmo, na Suécia, uma conferência mundial que juntou 113 países e 400 organizações governamentais e não-governamentais para debater, unicamente, as questões relativas ao ambiente. Pela primeira vez também se determina como princípio fundamental a necessidade de educar para o ambiente.

O Princípio 19 da “Declaração Sobre o Ambiente Humano”, que resultou da primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente estabelece que

é indispensável um trabalho de Educação em questões ambientais, dirigido, seja às gerações jovens, seja aos adultos, o qual dê a devida atenção aos setores menos privilegiados da população, a fim de favorecer a formação de uma opinião pública bem informada e uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades, inspirada no sentido da sua responsabilidade com a proteção e melhoria do meio, em toda a sua dimensão humana (ONU, Estocolmo, 1972).

Em 1975, as metas e os princípios da Educação Ambiental são definidos num outro Congresso, desta feita levado a cabo em Belgrado entre os dias 13 e 22 de Outubro, e de que resultou o importante documento “Carta de Belgrado” ainda hoje considerado “a estrutura global para a educação ambiental” por secretarias

governamentais do ambiente de vários países do mundo.

Depois de considerada e acordada a importância de educar para preservar e conviver respeitosamente com o Meio Ambiente este histórico documento suporta-se num outro acontecimento que não podemos deixar de considerar aqui para fundamentar a direção que irá apontar à Educação Ambiental. É que, em Maio de 1974, a Assembleia Geral da ONU apresentou uma Declaração para uma Nova Ordem Económica Internacional, que ficou conhecida por Resolução da 6.^a Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, que estabelece um novo conceito de desenvolvimento, pedindo que este leve em conta a “satisfação das necessidades e desejos de todos os habitantes da terra, o pluralismo das sociedades e o equilíbrio e harmonia entre a humanidade e o meio ambiente” (Carta de Belgrado, 1975), e adiantando que o meio para alcançar tais objetivos passava pela adoção de medidas “que apoiem um tipo de crescimento económico que não tenha repercussões prejudiciais para as pessoas, para o seu ambiente e suas condições de vida” (Carta de Belgrado, 1975).

Esta resolução veio alterar a maneira economicista de pensar e de estar no mundo, veio colocar um travão à procura do lucro a qualquer custo, e estipulou, para isso, uma “reclassificação das prioridades nacionais e regionais” (Carta de Belgrado, 1975) aconselhando ao questionamento das políticas que procuravam maximizar a produção económica sem ponderar nas consequências que esses atos traziam para a sociedade e para os recursos de que depende a melhoria da qualidade de vida.

Tendo então estes pareceres como principio orientador, e com eles também as considerações avançadas pela Recomendação 96, a Carta de Belgrado adianta que a reforma “dos processos e sistemas educacionais é central para a constatação dessa nova ética de desenvolvimento e ordem económica mundial”, (Carta de Belgrado, 1975), e justifica, adiantando que “os governantes podem ordenar mudanças e novas abordagens de desenvolvimento e podem melhorar as condições do mundo, mas tudo isto se constituirá em soluções de curto prazo se a juventude não receber um novo tipo de educação” (Carta de Belgrado, 1975).

Assim, e ainda de acordo com esta histórica redação, estas novas abordagens de ensino vão requerer “um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre a escola e a comunidade, entre o sistema educacional e a sociedade” (Carta de Belgrado, 1975).

Para fundamentar estas determinações a UNESCO publica, também em 1975, o Programa Internacional de Educação Ambiental. E em 1976 realiza-se mais um importante Congresso Mundial sobre Educação Ambiental, desta vez no continente africano, em Brazzaville, tendo daqui resultado o reconhecimento da pobreza como o maior de todos os problemas ambientais, um problema, que como todos os que afetavam o globo terrestre, poderia se erradicado através da educação.

A cada ano, a Educação Ambiental, enquanto força promotora da mudança de mentalidades e conquista de melhorias no respeito pelo meio envolvente, ganhava força pois que se sucediam eventos onde esta temática era chamada a ser centro das atenções, e dessa força constavam cada

vez mais linhas de atuação concreta para esta nova disciplina.

De cada vez que os povos, na figura dos seus representantes, se encontravam em conferências subordinadas a este tema, a Educação Ambiental era alargada até ao ponto de alcançar caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador como aconteceu na Conferência de Tbilisi, onde assim foi adjetivada.

Realizada em 1977 esta conferência foi a primeira de caráter intergovernamental e deu azo a uma das mais completas declarações alguma vez redigidas a propósito da Educação Ambiental pois que contém objetivos, estratégias, características, princípios e recomendações sendo que algumas delas, por exemplo, determinam que a Educação Ambiental aconteça tanto ao nível da Educação Formal, quanto da Educação Não Formal ou Informal, envolvendo na sua rede funcional pessoas de todas as idades.

Em 1983, e sempre tendo em vista o objetivo comum de salvaguardar e promover o uso responsável dos recursos naturais, a Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das

Nações Unidas promove a criação de uma outra comissão, composta por organizações não-governamentais e por cientistas do mundo inteiro, e entrega a liderança da mesma a Gro Harlem Brundland, Primeira-ministra da Noruega, e a Mansour khalid, Ministro do Governo do Sudão, visando conseguir um estudo global sobre o ambiente e todos os itens com que este se relaciona.

O resultado do trabalho desta comissão, que demorou 4 anos a ser elaborado, foi apresentado em Abril de 1987, em forma de Relatório a que os seus autores chamaram “Our Common Future” (O Nosso Futuro Comum) mas que o mundo ainda hoje sustenta, sob a designação de Relatório Brundtland. Este documento veio apresentar uma visão complexa das causas dos problemas socioeconómicos e ecológicos da sociedade e as inter-relações entre a economia, a tecnologia, a sociedade e a política, alertando para a necessidade de adoção de uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações como entre os membros da sociedade de então.

A publicação deste relatório serviu de alavanca à promoção do conceito de Desenvolvimento Sustentável de que já se falava desde a década de 70 mas que ninguém ainda tinha encarado de frente. O documento assinado por Gro Brundland veio exigir ao mundo uma mudança nas perspetivas de crescimento a fim de que este passasse a ser menos intensivo face à aquisição de matérias-primas e energia e mais equitativo nos seus impactos. De acordo com a redação do próprio relatório o Desenvolvimento Sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (O Nosso Futuro Comum, 1987: 46).

Tendo em vista o alcance de tão ambicioso objetivo o trabalho da Comissão proposta pelas Nações Unidas sugere várias medidas de atuação, tais como a limitação do crescimento populacional; a diminuição do consumo de energia; o aumento da produção industrial nos países não-industrializados, o controlo da urbanização desordenada e a redução do uso de produtos químicos, entre muitas outras, e estas medidas,

como facilmente se depreende, não caíram nas boas graças dos líderes dos setores económicos e produtivos do mundo pois que iam ao encontro direto das suas maiores fontes de lucro.

Para além da importância em si mesma do trabalho Brundtland é aqui, neste aspeto, que ele se sobrepõe a favor da Educação Ambiental pois que as vozes que lhe foram contraditórias veio reforçar o que até agora se pensara e dissera sobre a necessidade de acompanhar a implementação das medidas redutoras do impacto humano no meio ambiente. Os líderes do mundo tinham agora plena consciência de que nenhuma dessas medidas resultaria com eficácia total, mesmo que aplicadas sob a força da lei, se as mentalidades humanas não fossem moldadas desde cedo a favor destes objetivos.

No sentido de reforçar e implementar mais capacidade de ação à Educação Ambiental realiza-se no ano da divulgação do Relatório *O Nosso Futuro Comum* (1987) um terceiro congresso Internacional da Unesco sobre Educação e Formação Ambiental (terminologia que aparece pela primeira vez agregada a este

tipo de iniciativas). Este congresso acontece na sequência dos congressos de Estocolmo e Tbilisi e desta vez tem lugar em Moscovo.

Neste novo encontro faz-se uma avaliação dos avanços da Educação Ambiental deste Tbilisi e são reafirmados os princípios aí estabelecidos para esta “disciplina”. A novidade do Congresso de Moscovo prende-se com o facto de aqui se ter assinalado a importância e a necessidade de pesquisa em Educação Ambiental. No decorrer das sessões de trabalho desta reunião foi criado um quadro teórico-metodológico para a concretização efetiva da Educação Ambiental e foi sugerida uma reorientação do processo educacional.

Depois de Moscovo a ONU só voltará a juntar num mesmo evento e com os mesmos propósitos todos os signatários das conclusões aqui obtidas em 1992, no Rio de Janeiro, no Brasil, mas antes dessa Conferência de “Cúpula da Terra”, como a apelidaram os anfitriões, houve espaço para a realização de um primeiro seminário sobre materiais para a Educação Ambiental, no Chile, o que mostra que a implementação da parte

prática da mesma já estava a ser promovida, e para a divulgação da Declaração de Haia, 1989, agora considerada o preâmbulo, do encontro brasileiro de 92, que apontava a importância da cooperação internacional nas questões ambientais.

A quantidade de nomes com que ficou conhecida a importante Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento que decorreu no Brasil entre os dias 3 e 14 de Junho de 1992 é, por si só, expressão do impacto que este encontro sucessor de Moscovo teve em todo o planeta. A Eco-92, Rio-92, Cimeira da Terra e até Cúpula da Terra, que tinha na linha da frente da ordem de trabalhos dos 175 países participantes a procura dos meios de conciliação entre o desenvolvimento socioeconómico e a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra consagrou o conceito de Desenvolvimento Sustentável e contribuiu para a consciencialização efetiva de que os danos provocados ao meio ambiente eram maioritariamente da responsabilidade dos países desenvolvidos.

Tal como havia acontecido nas Conferências anteriores o conceito de Educação Ambiental saiu reforçado deste encontro mundial que, desta vez, acolheu os Chefes de Estado dos países participantes. Todos eles participaram na execução de um dos mais famosos documentos que resultaram desta jornada de trabalho, a Agenda 21, e é esta, precisamente, a escritura que confere à Educação Ambiental extensão para o campo das ciências e a apresenta como instrumento base de construção de uma consciência ambiental e da capacitação superior de quadros para o Desenvolvimento Sustentável.

Durante os anos que se seguiram a este marco histórico da luta mundial pela salvaguarda da Natureza e dos seus recursos, as Nações Unidas haveriam de voltar a olhar para a Agenda 21 outras vezes, a fim de perceber da evolução da aplicabilidade das determinações nelas contidas. Fê-lo logo em 1997, sob a forma de Assembleia Geral, e mais tarde em 2002, convoca nova conferência para Joanesburgo, na África do Sul, a conferência “Rio + 10” onde os povos do mundo tomam consciência de que os avanços tão bem fundamentados e tantas

vezes justificados ao longo das duas décadas anteriores não são tão significativos quanto o desejado.

Algumas das principais determinações da Agenda do século XXI, que quase todos os países do mundo ratificaram, ainda não tinham sido implementadas e registava-se

Em 2005, quando finalmente se conseguiu ratificar o Protocolo de Quioto, todos os agentes protagonistas da elaboração da Agenda 21 puderam ter a certeza de que os princípios de orientação para uma vida melhor no mundo, que durante 11 dias se empenharam em redigir, dificilmente serão postos em prática nas próximas décadas. É que este tratado internacional, que começou a ser elaborado no Japão ainda em 1988, e que tem por premissa a redução da emissão de gases poluentes que intensificam o efeito-estufa com destaque para o CO₂, não foi ratificado pelos Estados Unidos com a justificação do então Presidente, George W. Bush, de que não iria submeter o avanço da economia Norte-Americana aos sacrifícios necessários para a implementação das medidas propostas. A economia e o lucro ganhavam assim mais uma batalha contra as orquestras de

um sentido de dificuldade por parte dos países mais desenvolvidos em reconhecerem a responsabilidade que lhes cabia na implementação das medidas aventadas pela referida Agenda pois que a sua efetiva adoção resultará na diminuição efetiva da produção industrial e do consumo.

pássaros que fazem a música da Primavera nas margens do Mississípi. A esperança destes pequenos músicos da Natureza está depositada nas mãos da Educação Ambiental.

Entre muitos eventos, encontros, seminários, congressos, programas e linhas orientadoras passadas a lei e a recomendações num quadro de intenções verdadeiramente arrojado, em contraste com a prática que, mais uma vez e com alguns progressos verificados em alguns setores, fazendo perigar a sustentabilidade do planeta, aconteceram nos últimos anos verdadeiros exemplos e avisos que redundam num avolumar de preocupações globais e sérias evidenciadas pelos fatos científicos amplamente divulgados. A título de exemplo podemos ver o impacto que teve o movimento e esforço planetário levado

a cabo pelo ex. vice-presidente do EUA, Al Gore, coroado com o documentário vastamente premiado “An Inconvenient Truth” (Uma Verdade Inconveniente), assim como a iniciativa levada a cabo neste ano pelo Nobel da Paz, presidente Barack Obama, o qual assume um papel de liderança mundial nesta área ao levar a um importante encontro a acontecer em Paris (no final deste ano “ACúpula do Clima de Paris”⁷) um dos mais, se não o mais arrojado plano de redução de emissão de CO₂ no setor, no caso em 32% nos EUA, até 2030, denominado de Plano de Energia Limpa nos Estados Unidos” e que, assim crê o seu mentor irá ter largo consenso mundial entre pares.

Análise da história da educação ambiental em Angola

Angola nos seus 1.245.700 km² da superfície, alberga entre as suas fronteiras, povos que em séculos idos, formavam nações (Reinos do Congo, Matamba e Benguela), com estrutura e organizações social muito próprias. O

⁷ Este evento pretende atingir um acordo internacional vinculativo para reduzir as emissões de carbono e conter o aquecimento global. Se assim for, este acordo substituirá, a partir de 2020, o Protocolo de Quioto.

evoluir da história determinou as fronteiras que hoje conhecemos, o que significa que nas dezoito províncias que compõem a actual divisão administrativa, habitam sete comunidades culturais autóctones, das quais emergem outros subgrupos (acerca de cem) que se distinguem pelas suas particularidades sócio-linguísticas e culturais a saber, os Bacongo, Ambumbu, Ovimbundu, Tchokwe, Ovinganguela, Ociwambo e Khoisan. Angola está situada na costa ocidental da África, abaixo do equador e a este do meridiano de Greenwich. Sendo as suas coordenadas geográficas extremas de 4° 22' de latitude sul a norte e 18° 02' de latitude sul a sul, o que dá uma amplitude latitudinal de 13° 40' e 11° 41' longitude e a ocidente, 24° 05' longitude e a oriente, pelo que amplitude longitudinal é de 12° 24'. São seus limites fronteiriços: a norte, as Repúblicas do Congo e do Congo Democrático, a leste as Repúblicas do Congo Democrático e da Zâmbia, a sul, a Namíbia, e a oeste o oceano Atlântico. Fronteira angolana tem uma extensão de 6.487 km dos quais 4.837 são fronteira terrestre e 1.650 de fronteira marítima (Melo, 2010)

Na dimensão territorial de Angola possui 65% de florestas ou terrenos não exploráveis, existe uma biodiversidade invejável, tal como acontece nos países tropicais, com seus rios a se deslocarem do Norte para o Sul e do Este para o Oeste e vice-versa. Mas embora enumeramos esses benefícios todos que podemos encontrar em Angola, denota-se também uma pobreza extrema onde a maior fonte de recurso e que sustenta as famílias angolanas são as suas florestas ou a sua vasta biodiversidade. Encontra-se aqui uma discrepância naquilo que são as forças e as fraquezas da população.

A situação de educação ambiental começou a nível das comunidades de forma isolada, mas com a mensagem do regedor da aldeia ou comunidade a aconselhar a população para evitar o derrube de árvores para se prevenir das possíveis pragas ou males que são direcionados por aquelas comunidades ou pessoas que não gostavam da comunidade, por outra algumas árvores não eram cortadas pois suas folhas ou raízes eram usadas como medicamentos ou tinham propriedades medicinais. E assim a mensagem era passada de uma geração para outra como legado.

O estado angolano sempre se preocupou com o meio ambiente, embora com algumas decisões menos céleres do que o desejável, sempre deteve ações que indicavam um indício naquilo que eram as questões ligadas ao meio ambiente, pois a nível dos manuais da disciplina de ciências da Natureza constavam ações de preservação do meio, aquelas ligadas com a água, no cuidado com a higiene (lixo), na relação com as plantas e animais. Mas só em 1998 a Educação Ambiental foi institucionalizada, com a aprovação e entrada em vigor da Lei de Bases do Ambiente, a Lei n. 5/98 de 19 de Junho que propõe a Educação Ambiental como

medida de proteção ambiental que deve acelerar e facilitar a implantação do Programa Nacional de Gestão Ambiental, através do aumento progressivo de conhecimento da população sobre os fundamentos ecológicos, sociais e ecológicos que regem a sociedade humana (Artigo 20, Lei n. 5/98 de 19 de Junho de 1998).

Estes objetivos começaram a ser postos em prática em Angola há mais de uma

década e, desde 2001, é considerada a possibilidade de intervenção dos professores como agentes de intervenção nesta dinâmica. De facto, nesse ano, o Ministério das Pescas e Ambiente, através do programa denominado Programa de Educação e Conscientização Ambiental, que definia princípios, finalidades e objetivos para a implementação da Educação formal e não formal em Angola determinou que,

a Educação Ambiental em Angola começou com a conceção de um programa de longo prazo que prevê ações direcionadas para a educação formal e não formal. Esse programa produziu um primeiro projeto, dirigido a coordenadores de disciplinas dos Institutos Médios de Educação, cujos objetivos gerais são os de sensibilizar os professores face aos problemas ambientais; fazê-los adquirir conceitos básicos da Ciência Ecológica; fazê-los adquirir competências indispensáveis para a utilização de métodos e recursos específicos que permitam o

desenvolvimento da educação ambiental nas escolas; e favorecer o desenvolvimento de uma consciência ecológica nos alunos (Ministério das Pescas e Ambiente, 2001, apud Ministério das Relações Exteriores & Ministério do Meio Ambiente, 2006: 4).

Desde a aprovação das presentes leis, deu-se a conhecer oficialmente aos cidadãos do verdadeiro interesse do estado no que concerne à sua visão ambiental, para tal algumas ações têm sido realizadas, com algumas instituições filantrópicas de direito cívico para preservação ambiental, apoiadas também pelo Governo, no nosso entender pouco se tem vindo a fazer visto que a temática não se coaduna com uma ação que se prolongue muito o tempo. Pelo contrário, é uma temática e um assunto que necessita de ação e de uma prática intensa e continuada, em ordem a sensibilizar a população para outras formas de combater a pobreza que não passam necessariamente por destruir o meio ambiente. Para tal o governo precisa estabelecer balizas e metas a serem alcançadas nos próximos tempos tendo

em conta a situação que o Globo atravessa e as novas demandas e desafios emergentes que as grandes potências (inclusive os países mais poluidores) terão que enfrentar defendendo o maior bem comum que temos: a natureza.

Considerações finais

Discutir a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, bem como a educação e ambiente ou educação ambiental significa essencialmente tratar de uma problemática de interesse global. A título de exemplo, o dia 13 de agosto de 2015, segundo a Global Footprint Network (GFN), marca o dia do ano (denominado de “Dia da sobrecarga da terra”) em que a humanidade já consumiu a totalidade dos recursos naturais que o próprio planeta é capaz de renovar no período de um ano. Um processo intolerável de esgotamento de recursos naturais interpretado pelo Fundo Mundial para a Natureza (França) como consequência do “ritmo incrível e insustentável do desenvolvimento

mundial”, uma vez que, assim sendo, precisaríamos de 1,6 planetas para saciar o consumo de recursos atual.

A implementação de políticas e atos em ordem a conservar e proteger o ambiente resultarão, assim cremos, em ganhos significativos para toda a humanidade. Para tal, é absolutamente necessário empreender um esforço conjunto que abarque múltiplos agentes, estando entre eles, especialmente o Estado de cada nação, enquanto legislador e, por outro lado, o contributo individual e coletivo de pessoas que abraçam ações e grupos não formais de relevância no que concerne à sensibilização e luta por causas nobres em defesa deste bem comum. Portanto, na era da globalização urge acontecer algo colossal à escala global no que respeita a atos e protocolos formais a este respeito, a par de uma sensibilização universal precisamente a partir da escola e dos seus agentes, incluindo os destinatários do currículo e a sociedade da qual a escola emerge e que com ela interage e coabita.

Bibliografia

Acosta, A. (2010), “Hacia la Declaración Universal de los Derechos de la

Natureza”, em Revista *AFESE*, 54, Quito, p. 1-17.

Almeida, J., & Pinto, J. (1972), “Significação conotativa nos discursos das ciências sociais”, em *Análise Social*, p. 35-36. Lisboa, G.I.S.

Benjamin, A. H. (2005), “O meio ambiente na Constituição federal de 1988”, em Kishi, S. A. S.; Silva, S. T.; & Soares, I. V. P. (Orgs.), *Desafios do direito ambiental no século XXI: estudos em homenagem a Paulo Affonso Leme Machado*. São Paulo: Malheiros. p. 365.

Caride, J. A. (1991), *La Educación Ambiental: concepto, historia y perspectivas*. Santiago de Compostela: Tórculo Edicións.

Caride, J. A.; & Meira, P. Á. (2001), *Educación Ambiental e Desenvolvimento Humano*. Horizontes Pedagógicos. Lisboa: Instituto Piaget.

Carson, R. (1962), *Silent Spring*. Ed. Houghton Mifflin: Harcourt.

Cavaco, M. H. (1992), *A Educação Ambiental para o desenvolvimento – testemunhos e notícias*. Cadernos de Inovação Educacional. Lisboa: Escolar Editora.

Correia, M.; Mendes, L. & Sant’Ana, J. A., (1999), *Educar para a Diversidade, Valores e Atitudes: que propósitos, práticas e perspectivas?* Disponível em http://www.ipv.pt/millennium/16_val11.htm. Acesso em 10/07/2015.

Dias, J. F. (1993). *Educación Ambiental: princípios e práticas*. São Paulo: Editora Gaia;

Duhamel, F. & Fortin, M. (1999), “Os estudos de tipo descritivo”, em Fortin, M., *O processo de investigação: da concepção à realização*. Loures: Lusociência.

Fernandes, J. A. (1983), *Manual de Educação Ambiental*. Lisboa: Secretaria de Estado do Ambiente Comissão Nacional do Ambiente – Notas Técnicas.

Fortin, M. (2003), *O processo de investigação: da concepção à realização*. Loures: Lusociência.

Freire, P. (1997), *Pedagogia da autonomia. Saberes necessário à prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Jardim, J. (2010), *Programa de desenvolvimento de competências Pessoais e Sociais*. Lisboa: Instituto Piaget.

Lakatos, E. & Marconi, M. (1996), *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas.

Leda, M. (2005), *Polícia Militar apoia projecto - Se esta rua fosse minha*. Disponível em <http://setram.brusque.sc.gov.br/web/index.php>. Acesso em 21/05/2015.

Melo, M. M. (2010), *Diversidade Genética nos principais grupos populacionais em Angola – Aplicação Forense*. Porto, Portugal.

Morgado, E. M. G. (2007), *Educação Ambiental nos Manuais Escolares: Um estudo com manuais do 8º ano de escolaridade*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Dissertação de Mestrado em Biologia e Geologia para o Enino.

Morissette, D. & Gingras, N. (1999), *Como Ensinar atitudes: Planificar, Intervir, Valorizar*. Lisboa: ASA.

Mousinho, P. (2003), “Glossário”, em Trigueiro, A. (Coord.), *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante.

Oliveira, F. & Guimarães, F. (2004), *Direito, meio ambiente e cidadania: uma*

abordagem interdisciplinar. São Paulo: Medras

ONU, (1972), *Declaração sobre o Meio Ambiente*. Disponível em <http://www.defensoresdanatureza.com.br/defensores/estatuto/estatonu.html>. Acesso em 10/04/2015.

Palmer, J.; & Neal, P. (1996), *The handbook of environmental education*. Routledge: Londres.

Penteado, H. (2005), *Meio ambiente e formação de professores*. São Paulo: Cortez.

Reigota, M. (2006), *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense.

Telles, M. (2002), *Vivências integradas com o meio ambiente*. São Paulo: Sá.

UNESCO, (1975), *Carta de Belgrado*. Lisboa: Instituto Nacional do Ambiente. Disponível em http://www.esac.pt/Abelho/EdAmbiental/carta_de_Belgrado.pdf. Acesso em 24/04/2015.

UNESCO, (1997), *Educating for a Sustainable Future: A Transdisciplinary*

Vision for Concerted Action. Report of the International Conference: Education and Public awareness for Sustainability, Thessalonikki, Greece.

UNESCO, (1999), *Ciência para o Século XXI: Um Novo Compromisso-Declaração sobre a Ciência*. Comissão Nacional da UNESCO, Lisboa.

UNESCO, (2006), *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) – Contributos para a sua dinamização em Portuga* 1, Comissão Nacional da UNESCO, Lisboa.

Valente, M. (sd), *A Educação para os Valores*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Vans, K. (1965), *Attitudes and Interests in Education*. London: Keagan Paul.

Weid, N. V. D. (1997), “A formação de professores em Educação Ambiental à luz da Agenda 21”, em Pádua, S. M.; & Tabanez, M. F. (Org.), *Educação Ambiental, caminhos trilhados no Brasil*. Brasília: IPÊ.